

UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO  
CURSO DE DIREITO

**CAROLINNE PINHEIRO CAMPOS**  
**RENATA SOUSA RIOS**

**Constrangimento Ilegal e ameaça:** um paralelo real como crimes subsidiários e a difícil tarefa da tipificação quando se considera o abuso de autoridade

São Luís  
2011

**CAROLINNE PINHEIRO CAMPOS**  
**RENATA SOUSA RIOS**

**Constrangimento Ilegal e ameaça:** um paralelo real como crimes subsidiários e a difícil tarefa da tipificação quando se considera o abuso de autoridade

Trabalho apresentado à disciplina de Direito Penal Especial I, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Thayara Castelo Branco, do Curso de Direito da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, turno vespertino, para obtenção de nota do segundo bimestre.

São Luís

2011

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1 NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>5</b>
1.1 Constrangimento Ilegal .....	5
1 1.1.1 Constrangimento Ilegal como crime subsidiário .....	7
1.2 Ameaça .....	9
<b>2. CASO DA EX-ESCRIVÃ DE SÃO PAULO: CONSTRANGIMENTO ILEGAL E AMEAÇA OU ABUSO DE AUTORIDADE? .....</b>	<b>11</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>15</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>16</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>17</b>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo “Constrangimento Ilegal e ameaça: um paralelo real como crimes subsidiários e a difícil tarefa da tipificação quando se considera o abuso de autoridade, tem como objetivo abordar os arts. 146 e 147, CP, e traçar paralelos através de apresentação de jurisprudências no que se refere a estes como crimes subsidiários bem como tipificá-los no caso concreto.

Examinando as circunstâncias em que se deu a obtenção de prova de flagrante de recebimento de propina por uma escrivã da polícia civil, à época, para que ela livrasse um homem de ser investigado. A prova perseguida era o dinheiro em espécie que estava escondido dentro das vestes da policial, que foi denunciada pelo homem que lhe entregou o dinheiro e que era alvo de inquérito policial.

O fato ocorreu numa delegacia em São Paulo, onde a quantia solicitada pela policial lhe foi entregue pelo indiciado-denunciante. A Corregedoria da Policial, que vinha acompanhando os passos da negociação entre a ex-escrivã e o investigado, prendeu a mesma quando portava a quantia acordada, na delegacia. O Delegado, após solicitar que ela entregasse o dinheiro recebido como propina e não ter sido atendido, resolve tirar toda a roupa da policial na frente de vários homens que estavam presentes na sala, inclusive na frente da câmera que estava filmando todo o flagrante.

Trataremos, dessa forma, de tentar qualificar a conduta do Delegado como crime de constrangimento ilegal e ameaça.

## 1. NOÇÕES GERAIS

O constrangimento ilegal encontra-se vinculado ao chamado *crimen vis privatae*, que considerava toda e qualquer ofensa a um bem jurídico utilizando a força. O emprego de violência para a consecução de um objetivo era desconsiderado, mesmo que a liberdade individual não estivesse sendo tutelada. (PRADO, 2005, p. 297)

No Brasil, o Código Criminal do Império consignava constrangimento entre os crimes contra liberdade individual. (PRADO, 2005, p. 297)

No Direito Romano, o crime de ameaça era incluído no conceito de injúria. Caso o mal ameaçado chegasse a um crime, a ameaça era vista como tentativa deste. O Direito Penal comum considerava o crime de ameaça como uma ofensa a paz. (PRADO, 2005, p. 309)

No Brasil, o Código Criminal do Império já previa ameaça como delito *sui generis*, sendo considerado um crime contra a segurança individual. (PRADO, 2005, p. 310)

Agora, tratemos os crimes mencionados acima, considerando o atual Código Penal Brasileiro.

### 1.1 Constrangimento ilegal

O Código Penal em seu art. 146 faz menção ao crime de constrangimento ilegal, que tem por objetivo proteger a liberdade pessoal, seja ela física ou psicológica, observemos:

Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou fazer o que ela não manda:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 1º. As penas aplicam-se cumulativamente e em dobro, para a execução do crime, se reúnem mais de três pessoas, ou há emprego de armas.

§ 2º. Além das penas cominadas, aplicam-se as correspondentes à violência.

§ 3º. Não se compreendem na disposição desse artigo:

I – a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II – a coação exercida para impedir o suicídio.

A liberdade é um direito que está resguardado até mesmo na Constituição Federal Brasileira em seu art. 5º, o qual dispõe sobre os direitos fundamentais.

O tipo penal é composto pelo núcleo constranger, o qual se perfaz no momento em que impedimos, limitamos ou dificultamos a liberdade de alguém. (GRECO, 2009, p. 492) O sujeito pode empregar a violência para atingir o núcleo do tipo ou grave ameaça nem como qualquer meio que venha a reduzir a resistência do sujeito passivo (JESUS, 2011, p. 282)

Trata-se de um crime comum com relação ao sujeito ativo, bem como ao sujeito passivo; material; de forma livre; instantâneo (consumação ocorre em um só instante, sem continuidade temporal); subsidiário; monossujeito (cometidos por um só sujeito); plurissujeito (exigem pluralidade de agentes); de dano (pressupõem efetiva lesão ao bem jurídico); transeunte (não deixa vestígios). (GRECO, 2009, p. 493)

Com respeito ao sujeito passivo este pode ser qualquer pessoa, “capaz de sentir a violência e motivar-se com ela” há portanto, a necessidade da capacidade de autodeterminação e por conta desse fator são excluídos os enfermos mentais, as crianças e os loucos de todo o gênero, ainda que o crime possa ser cometido contra seus representantes a fim de tornar os incapazes objeto do crime (BITENCOURT, 2003, p. 423)

O bem jurídico protegido é a liberdade, sendo a liberdade física (liberdade de movimento) e liberdade psíquica (livre formação da vontade, sem coação). O objeto material é o constrangimento ilegal. Seus sujeitos são: ativo (podendo ser praticado por qualquer pessoa de ambos os sexos) e passivo (desde que tenha capacidade de discernimento para saber que está sendo constrangido). (GRECO, 2009, p. 494)

Para que haja constrangimento ilegal é necessário que seja ilegítima a pretensão do sujeito, que não tenha direito de exigir da vítima o comportamento almejado. Ainda no que se refere a ilegitimidade da imposição esta pode ser relativa ou absoluta. No que se refere a ilegitimidade relativa da imposição quando não há proibição do comportamento ativo ou passivo da vítima, contudo não tem o sujeito direito de empregar violência ou grave ameaça, e a ilegitimidade absoluta ocorre quando o sujeito não tem faculdade alguma de impor a vítima o comportamento ativo ou passivo. (JESUS, 2011, p. 282)

A consumação ocorre quando a pessoa deixa de fazer o que a lei permite ou faz aquilo que a lei não permite. A tentativa é admissível, podendo ocorrer quando a vítima, mesmo intimidada pelo agente, não deixa de fazer aquilo que a lei permite, ou deixa de fazer aquilo que a lei não manda. (GRECO, 2009, p. 494 e 495)

O dolo é o elemento subjetivo do crime de constrangimento ilegal. (GRECO, 2009, p. 495) e “consiste na vontade livre e consciente de constranger a vítima, mediante violência em sentido amplo”, sentido este que será considerado no tópico a seguir, abrange o conhecimento da ilegitimidade da pretensão e nexo de causalidade, vale lembrar que o motivo do agente é irrelevante e que o constrangimento ilegal não aceita a modalidade culposa. (JESUS, 2011, p. 285)

Quando se trata de figura típica qualificadora o artigo 146 § 1º do Código Penal abrange duas qualificadoras possíveis nesse crime

- Quando, para execução do fato, se reúnem mais de três pessoas. Há a necessidade de no mínimo quatro pessoas. “Se qualquer delas participou somente na preparação do crime, sem intervir na execução, ou limitou-se à simples atividade partícipe” não será computado no número porque o texto legal exige participação na execução do crime (BITENCOURT, 2003, p.432)

- Quando há emprego de armas na realização da conduta. Tais armas podem ser próprias, caracterizando instrumentos utilizados para ataque ou defesa ou impróprias, que não tem a finalidade a que se refere as próprias mas possuem poder ofensivo. O emprego da arma não é pressuposto para que incida a qualificadora, de modo que o porte ostensivo para causar medo no sujeito passivo é válido (JESUS, 2011, p.286)

No que se refere a exclusão de tipicidade o artigo 146 § 3º versa sobre as intervenções médicas e cirúrgicas como um exercício regular de direito e por isso não configura atipicidade, e a iminência de perigo de vida ou de suicídio, ainda que não se considere o suicídio um crime ele ainda é um comportamento antijurídico e o constrangimento nesse caso é legal. (BITENCOURT, 2003, p.436)

A pena é alternativa de detenção ou multa e a ação penal é incondicionada (BITENCOURT, 2003, p.437)

#### **1.1.1. Constrangimento Ilegal como crime subsidiário**

O Constrangimento ilegal é considerado um crime eventualmente subsidiário por nem sempre ser absorvido pela violência, só haverá subsidiariedade quando tal crime for o meio para outros.

Consideraremos a seguir alguns desses crimes e suas respectivas jurisprudências. Sobre a Extorsão o artigo 158 versa:

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:  
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

Para tal consideração de crime subsidiário a jurisprudência a seguir analisa o constrangimento ilegal como meio para crime de extorsão:

EXTORSÃO - AGENTE QUE, COM O INTUITO DE RECEBER VANTAGEM ECONÔMICA PARA SI, CONSTRANGE A VÍTIMA, QUE MANTEVE RELAÇÕES SEXUAIS COM MENINAS SUPOSTAMENTE MENORES, A PAGAR-LHE QUANTIA EM DINHEIRO PARA QUE O FATO NÃO SEJA TORNADO PÚBLICO EM PROGRAMA DE TELEVISÃO - CONFIGURAÇÃO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL - INOCORRÊNCIA: - PRÁTICA EXTORSÃO, E NÃO CONSTRANGIMENTO ILEGAL, O AGENTE QUE, COM O INTUITO DE RECEBER VANTAGEM ECONÔMICA PARA SI, CONSTRANGE A VÍTIMA, QUE MANTEVE RELAÇÕES SEXUAIS COM MENINAS SUPOSTAMENTE MENORES, A PAGAR-LHE QUANTIA EM DINHEIRO PARA QUE O FATO NÃO SEJA TORNADO PÚBLICO EM PROGRAMA DE TELEVISÃO, AMEAÇANDO-A DE MAL INJUSTO E GRAVE, POR INTERMÉDIO DE TERCEIRAS PESSOAS, CASO NÃO FOSSE ATENDIDA SUA PRETENSÃO. BASTA, À CONFIGURAÇÃO DO DELITO DO ART. 158 DO CP, A INTENÇÃO DE OBTER INDEVIDA VANTAGEM ECONÔMICA, DO QUE PRESCINDE O CRIME DO ART. 146 DO ESTATUTO REPRESSIVO, QUE É SUBSIDIÁRIO, NÃO SE CONFIGURANDO QUANDO O CONSTRANGIMENTO É MEIO PARA QUE SE ATINJA ALGUM PROVEITO FINANCEIRO. (Processo 1396187/1 Rel. Antonio Manssur)

Ainda no que tange tal discussão:

EXTORSÃO - AGENTE QUE EXIGE DINHEIRO PARA NÃO CONTAR À ESPOSA DO OFENDIDO QUE ESTE TERIA FEITO PROPOSTAS SEXUAIS À SUA MULHER - CARACTERIZAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO PARA CONSTRANGIMENTO ILEGAL - IMPOSSIBILIDADE: - CARACTERIZA O CRIME DE EXTORSÃO A CONDUTA DO AGENTE QUE EXIGE DINHEIRO PARA NÃO CONTAR À ESPOSA DO OFENDIDO QUE ESTE TERIA FEITO PROPOSTAS SEXUAIS À SUA MULHER, NÃO SE PODENDO FALAR EM DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUANDO PRESENTE O INTUITO DE OBTENÇÃO DE INDEVIDA VANTAGEM ECONÔMICA. (Processo 131515/5 Rel: Teodomiro Mendéz)

Observa-se nesses casos que o constrangimento não é o fim pretendido e que portanto, configura-se apenas a uma parte de um todo. Ainda se considera que para ser subsidiário se faz necessário que o delito seja o meio e não possua autonomia de forma alguma, para melhor esclarecimento, tracemos mais um paralelo agora com o crime de Roubo a que segue a jurisprudência:

CONSTRANGIMENTO ILEGAL E ROUBO. AGENTE QUE, APÓS A CONSUMAÇÃO DO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO, COAGE A VÍTIMA, MEDIANTE GRAVE AMEAÇA, A LHE DAR FUGA. CONFIGURAÇÃO: - PRÁTICA OS CRIMES DE ROUBO E CONSTRANGIMENTO ILEGAL O AGENTE QUE, APÓS A CONSUMAÇÃO DO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO, COAGE A VÍTIMA, MEDIANTE GRAVE AMEAÇA, A LHE DAR FUGA, OU SEJA, A FAZER O QUE A LEI NÃO MANDA, SENDO CERTO QUE O SEGUNDO DELITO, NÃO INTEGRANDO A DINÂMICA EXECUTÓRIA DO PRIMEIRO, LONGE DE COM ESTE GUARDAR RELAÇÃO DE SUBSIDIARIEDADE, REVELA PERFEITA AUTONOMIA.

Nesse caso o constrangimento ilegal não é crime subsidiário por não caracterizar um meio para o roubo. Ainda outro caso que se faz necessário traçar um paralelo é o crime de tortura tratado no artigo 1º, I, letra b da Lei 9.455/97 que versa: “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental para provocar ação ou omissão de natureza criminoso.”

Antes de a lei exposta entrar em vigência se alguém agisse conforme a conduta descrita seria enquadrado em crime de constrangimento ilegal e a conduta que a vítima foi obrigada a realizar seria o concurso material. (A vítima nesse caso é considerada autor mediato) Contudo, com a redação e vigência da Lei apresentam-se agora duas condutas distintas: Quando o crime de tortura é consumado, que ocorre com a prática da conduta de constranger descrita no caput do artigo; e Quando sofre exaurimento, o momento que a vítima pratica o comportamento criminoso exigido. De modo que, o constrangimento ilegal nesse caso não é meio, mas a elementar do tipo no crime de tortura. ( BITENCOURT, 2003, p. 428)

## 1.2 Ameaça

O art. 147 do Código Penal Brasileiro, dispõe:

Art. 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

**Parágrafo único.** Somente se procede mediante representação.

“A ameaça é meio de execução do crime de constrangimento ilegal e elementar de outros, pode constituir, em si mesma, crime autônomo” (BITENCOURT, 2003, p. 439)

Como podemos observar trata-se do crime de ameaça, o qual tem por sujeito ativo e passivo qualquer pessoa, sendo que a vítima deve possuir capacidade de discernimento. É doloso; formal; de forma livre; comissivo; instantâneo; monossubjetivo; unissubsistente (ação é composta por um só ato) ou plurissubsistente (ação é composta por vários atos); transeunte ou não transeunte. (GRECO, 2009, p. 509)

A diferença básica entre o crime de ameaça e constrangimento ilegal é que neste o sujeito ativo requer uma conduta positiva ou negativa por parte da vítima e naquele a pretensão é apenas de amedrontar, atemorizar ou apavorar. Para tanto se faz necessário outra característica no crime de ameaça que seja um mal injusto e grave, posto que o mal justo não configura crime é necessário que se perturbe a liberdade psíquica e a tranqüilidade do ofendido por meio da intimidação. (BITENCOURT, 2003, p. 442). Em conformidade se apresenta a seguinte jurisprudência:

**Ameaça - Idônea e séria - Mal injusto – Prova** “Não se deve decretar a nulidade quando a prova existente nos autos conduz à absolvição do acusado. Para a configuração do delito de ameaça é necessário que esta seja idônea e séria, capaz de causar mal injusto e grave, incutindo temor na vítima, não se tipificando com brincadeiras, ainda que de mau gosto” (**Turma Recursal de Cataguases – Rec. nº 082/99 – Rel. Juiz José Maria do Nascimento**). Boletim nº37

“Enquanto no crime de ameaça o prenúncio deve incidir sobre o mal injusto e grave, no constrangimento ilegal exige-se que o mal denunciado seja simplesmente grave, podendo ser justo. Enquanto na ameaça, o agente pretende atemorizar o sujeito passivo, no constrangimento ilegal, tenciona uma conduta positiva ou negativa da vítima.” (CAPEZ, 2006, p. 308)

“Por conta do exposto a ameaça não se confunde com a praga, com o esconjuro, e seus meios de execução são a palavra, o escrito, o gesto ou qualquer outro meio simbólico” (JESUS, 2011, p.290) Relativo a essa afirmação segue a jurisprudência:

**Ameaça - Mera ofensa - Relevância jurídica** “Não se pode admitir uma ameaça em razão de mera ofensa. O nervosismo pode ter relevância jurídica em casos quando simultâneo ou concomitante às ofensas, não bastando a desproporcionalidade da reação.” (**Turma**

**Recursal de Cataguases – Rec.064/99 – Rel. Juiz José Ricardo de Oliveira). Boletim nº40**

Admitem-se assim diversas formas de ameaças, elas são:

- Ameaça direta - o mal visa a pessoa ou o patrimônio
- Ameaça indireta - quando recai em um terceiro “preso” ao ofendido (caso de pai, mãe, filho)
- Ameaça explícita - quando feito as claras sem subterfúgios
- Ameaça implícita - sentido fica subentendido
- Ameaça condicional - quando depende de um fato ligado ao sujeito passivo ou terceiro (BITENCOURT, 2003, p. 443)

O bem jurídico protegido é a liberdade pessoal, entendida nesse caso, como liberdade de natureza psíquica. (GRECO, 2009, p. 510)

È importante citar que conforme as jurisprudências o crime de ameaça exige um prenúncio futuro e não configura crime se o mal for realizado no curso da contenda, se ocorre de o sujeito ativo anunciar o mal e logo após realizá-lo a ameaça passa a ser um fato antecedente impunível que será absorvida pelo crime subsequente (JESUS, 2011, p. 290)

A consumação do crime de ameaça ocorre quando a vítima sabe que está sendo ameaçada, ou seja, chega a seu conhecimento. Para caracterizar tentativa há controvérsias doutrinárias. Sendo assim consideramos, a tentativa inadmissível, salvo se escrita a ameaça. (GRECO, 2009, p. 512 – 513)

## **2. CASO DA EX-ESCRIVÃ DE SÃO PAULO: CONSTRANGIMENTO ILEGAL E AMEAÇA OU ABUSO DE AUTORIDADE?**

O caso analisado ocorreu na cidade de São Paulo, quando uma (ex) escrivã foi submetida à revista por parte do Delegado para dar a prisão em flagrante. Para analisarmos com mais profundidade faz-se necessário fazermos menção, antes de tudo, ao Código de Processo Penal dispõe em seu art. 249 que a revista de mulher deverá ser feita por outra mulher.

Ao observarmos as imagens (anexo 1) do ocorrido, o delegado algemando, desnecessariamente, a serventuária em uma sala cheia de homens policiais, onde ela não teria como “escapar”, estaria cometendo o delito de constrangimento ilegal e ameaça.

Constrangimento ilegal porque a serventuária teria sido submetida a ficar nua na frente de todos e o vídeo que os próprios policiais fizeram caiu na internet sem nenhuma tarja preta para, pelo menos, “censurar” suas partes íntimas.

O delito de ameaça teria ocorrido no momento em que o delegado, quando a serventuária se negou a tirar a roupa no meio de homens, teria ameaçado prendê-la por estar, em suas palavras, “desacatando” suas ordens.

O caso foi objeto de grandes discussões em todo o país, pois, ao analisarmos, percebemos que sempre há divergências em cada posicionamento. Alguns doutrinadores admitem que o constrangimento exercido para impedir a prática de um crime, o sujeito ativo não estaria cometendo o delito de constrangimento ilegal, pois o Código de Processo Penal dispõe em seu art. 301 o seguinte texto:

Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Para esses doutrinadores, a autoridade policial que prende alguém em flagrante delito atua no exercício regular do direito, não sendo, dessa forma, responsabilizado penalmente pelo crime de constrangimento ilegal e sim pelo crime de abuso de autoridade, se houver meios abusivos. (GRECO, 2009, p. 504 – 505)

Dessa forma, entramos na questão da subsidiariedade eventual, pois esse constrangimento e a ameaça feita pelo delegado foi um meio de dar a prisão em flagrante de forma abusiva. Assim os crimes de constrangimento ilegal e ameaça seriam absorvidos pelo crime de abuso de autoridade ou poder.

Percebemos que havia mulheres no local, porém o delegado optou mesmo assim por fazer a revista da ex-escrivã junto a vários HOMENS na sala, violando o art. 147, CPP. Violou também a Súmula Vinculante 11 do STF que trata da utilização de algemas, sendo que não havia necessidade da utilização dessas no local em que se encontrava a ex-escrivã e esta não oferecia nenhum tipo de perigo para os presentes.

Poderia ser considerado dessa forma exercício do direito? Luiz Flavio Gomes se posiciona sobre o assunto da seguinte forma: “o crime de corrupção é grave e

precisa ser devidamente punido. Mas a polícia não pode apurar um crime cometendo outro.”

Caberia aqui falarmos de abuso de poder ou tortura, porém nosso objeto de estudo é o crime de constrangimento ilegal e ameaça.

Tendo o crime de constrangimento ilegal pena que variam de 3 meses a 1 ano, ou multa, o delegado responderia com a qualificadora do § 1º, que determina que as penas devem ser aplicadas cumulativamente quando se reúnem mais de três pessoas. Ou seja, já que a sala encontrava-se cheia de agentes da polícia, as penas deveriam ser aplicadas cumulativamente, sendo a privação de liberdade mais a pena pecuniária.

O crime de ameaça, seria caracterizado como uma ameaça explícita, levando em consideração as lições de Hungria, onde o agente diz exatamente qual o mal prometido, ou seja, no caso o delegado disse que se a serventuária não tirasse a roupa naquele momento ele iria dar voz de prisão por desacato. (GRECO, 2009, p. 508)

Para configurar o constrangimento ilegal é preciso que, efetivamente, a ameaça seja séria, concreta e devidamente demonstrada. Dessa forma, a *grave ameaça* é um meio de execução do *constrangimento ilegal*; o *constrangimento ilegal* é subsidiário de todos os crimes que têm como meios executórios à violência física e a grave ameaça. (BITENCOURT, 2005, p. 581 - 582)

“Não é indispensável que o ofendido oponha resistência efetiva contra a coação ou procure superá-la por meio de fuga, pedindo socorro ou empregado qualquer outro recurso; é suficiente que, mediante violência ou grave ameaça, tenha-se violentado a sua liberdade interna, constrangendo-o, assim, a realizar o que lhe foi imposto, sem amparo legal.” (BITENCOURT, 2005, p. 580)

Nesse caso estudado não seria constrangimento ilegal e ameaça o crime a ser respondido. O delegado, sujeito ativo, deveria responder por abuso de autoridade – Lei n. 4.737/65, ou seu delito deveria configurar nos arts. 322 (prática de violência arbitrária) ou 350 (abuso de poder), desconsiderando totalmente o crime de constrangimento ilegal e ameaça. (CAPEZ, 2006, p. 293)

Ao utilizar a expressão “deveria”, faço mister a “ineficácia” de aplicabilidade desses artigos ao caso estudado, que mesmo ganhando repercussão nacional, o delegado ficou impune, tendo apenas sido afastado por alguns dias e, em

seguida, o processo foi arquivado e o mesmo foi transferido para outra delegacia para continuar a ferir a liberdade pessoal de vários outros cidadãos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio do presente artigo consideramos que no que diz respeito ao crime de constrangimento ilegal se faz necessário em sua consumação que a vítima pratique a conduta que lhe foi obrigada a realizar de modo que se o sujeito passivo possuía condições de resistência e não o fez pode responder como co-autor do crime que lhe foi obrigado. Considerando o crime de constrangimento ilegal como subsidiário expomos que há necessidade de que ele seja o meio de realização do outro, exceto no crime de tortura em que já se encontra na sua própria consumação.

Ainda no que se refere ao crime de ameaça este a consumação se passa no ato de amedrontar e atemorizar o sujeito passivo e por isso o mal precisa ser injusto, e sua principal diferença com o crime de constrangimento ilegal, ainda que seja um meio para este, é que no constrangimento ilegal se requer uma conduta negativa ou positiva da vítima.

Por analisar os dois artigos percebemos que embora a conduta do delegado referente ao caso concreto seja apreciada por uma sanção administrativa, ou seja abuso de autoridade, notamos que o constrangimento ilegal e a ameaça se apresentaram como crimes subsidiários (meio) para se consumir tal infração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial**, vol 2. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 2. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

JESUS, Damásio E. de. **Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 2. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 2. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2011

GOMES, Luiz Flavio. **Caso da ex escrivã despida à força viola Direitos Humanos**. Disponível em: <<<http://www.fenapef.org.br/fenapef/noticia/index/32217>>>. Acesso em: 12 de maio de 2011.

GRECO, Rogerio. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 2. 6 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 2. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

## ANEXO



**TERROR EM UMA DELEGACIA DE POLICIA DE SÃO PAULO, POLICIAL É  
ALGEMADA, DEIXADA NUA E SUBMETIDA A REVISTA  
PESSOAL FORÇADA POR POLICIAIS DA CORREGEDORIA**

